

PEQUENO EXPEDIENTE

(ABERTURA DA SESSÃO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo de Mato Grosso, declaro aberta esta sessão ordinária.

(PRIMEIRA PARTE – LEITURA DA ATA)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Convido o Deputado Valdir Barranco para assumir a 2ª Secretaria e o Deputado Júlio Campos para assumir a 1ª Secretaria. (OS SRS. DEPUTADOS JÚLIO CAMPOS E VALDIR BARRANCO ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Peço ao Deputado Valdir Barranco para fazer a leitura da Ata.

O SR. 2º SECRETÁRIO (VALDIR BARRANCO) - Não há Ata a ser lida, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Não há Ata a ser lida. Obrigado, Deputado Barranco.

(PRIMEIRA PARTE – EXPEDIENTE)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Peço ao Deputado Júlio Campos para fazer a leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (JÚLIO CAMPOS) - Senhor Presidente, senhores Deputados, não há Expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Deputado Júlio Campos.

(SEGUNDA PARTE - APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Vamos passar... eu vou passar para o Deputado Avallone, nós estamos discutindo aqui a RGA dos servidores. E o Deputado Avallone foi colocado... foi criada uma comissão para acompanhar isso junto ao governo para tentar negociar, ver se a gente conseguia fazer alguma alteração na RGA. E o Deputado Avallone vai explicar tudo agora como que foi conduzido e como que finalizou isso.

O SR. CARLOS AVALLONE - Bom, a partir de segunda-feira, quando nós tivemos a nossa sessão aqui, o Presidente montou uma comissão, a pedido de vários Deputados. E eu, o Elizeu, o Paulo Araújo, a Janaina, fizemos parte dessa comissão e começamos a abrir negociação com o governo. Na realidade, um assunto desse tamanho, algo em torno, entre 140 e 180 milhões de reais, precisa... e só uma pessoa tem condições de dar a resposta a isso, é o governador Mauro Mendes, não estava sob a tutela de nenhum secretário poder fazer isso.

Nós começamos a negociar, e alguns Deputados... o Deputado Paulo Araújo conseguiu falar com o governador e tentou sensibilizá-lo sobre o assunto. E o governador pediu para que a secretaria, a Seplag fizesse um estudo junto com a Secretaria de Fazenda para mostrar aqui os impactos que estavam tendo com a RGA. Isso foi feito. Hoje nós recebemos aqui o Capistrano, antes disso recebemos a Federação... o Fórum Sindical, antigo Fórum Sindical, conversamos sobre o assunto. E na reunião com o Capistrano e a Casa Civil, nos posicionamos e vimos o impacto, mas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 15H51MIN.

também sugerimos uma nova negociação, uma vez que os números apresentados indicavam a falta de condições, pelo entendimento do governo, para que fosse dado esse adendo de RGA, que seria de 4,62%, que foi o índice oficial, para o 5,86% que estava na LDO.

E fizemos uma segunda proposta, que dava um impacto em torno de 81 milhões, o que seria uma agregação de 0,5%, o que levaria a RGA de 4,62% para 5,12%. E por isso que até agora nós não colocamos ainda em votação a LOA, estávamos aguardando esse posicionamento do governo. Essas negociações foram até agora há pouco, o líder do Governo, o Dilmar, levou a proposta, lutou pela proposta da Assembleia, mas infelizmente o governo não abriu mão do índice oficial.

E o que sobra para a Assembleia fazer? Isso é importante ser dito. Nós não podemos mudar o índice, porque se o fizermos, colocarmos o índice de 5,12%, ou de 5,86%, esse valor não vai ser aceito pelo governo, vai ser judicializado, e a folha de pagamento agora de janeiro não terá o aumento dos 4,62%, o que seria um prejuízo muito grande para os servidores. E também tem uma decisão do Supremo Tribunal dizendo que esses índices têm que ser feitos, encaminhados pelo governo.

Então nós só poderíamos fazer por negociação, e nesta negociação nós não conseguimos os êxitos que esperávamos. Portanto, infelizmente o índice que iremos colocar, que está sendo aprovado e que vai entrar aqui agora, será da RGA de 4,62%.

Essas são as explicações que eu teria que dar aqui, senhor Presidente.

Presidente, volto ao senhor.

(AS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NESTA SESSÃO ESTÃO DISPONÍVEIS EM:
<https://www.al.mt.gov.br/parlamento/documentos/parlamentares?tipo=10&sessaoPlenariaAta=&sessaoPlenariaSumula=&sessaoPlenaria=8156&palavraChave=&dataIni=&numDocumento=&dataInicio=&dataFinal=&search=>)

Secretaria de Serviços Legislativos



Assembleia Legislativa

GRANDE EXPEDIENTE
(NÃO HOUVE GRANDE EXPEDIENTE)

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok, então vamos... (PAUSA)* vamos iniciar então a Ordem do Dia.

Requerimento de Lideranças Partidárias de dispensa de pauta ao Projeto de Lei nº 25/2024, Mensagem nº 8/2024, que dispõe sobre a concessão de revisão geral de subsídios dos servidores públicos efetivos, comissionados e contratados.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai ao expediente.

(ORADOR NÃO IDENTIFICADO FALA COM O SR. PRESIDENTE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Não, isso é só aprovação do...
(PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Vamos para a votação.

Em 2ª votação, Projeto de Lei nº 2.236/2023, Mensagem nº 139/2023, que estima a receita e fixa a despesa do Estado de Mato Grosso para o exercício financeiro de 2024.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 15H51MIN.

Eu peço para um Deputado fazer a leitura... quem que pode fazer? Peço para o Deputado Max fazer a leitura da decisão da Comissão.

O SR. MAX RUSSI - Atendendo a determinação do nosso Presidente: parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, acatando as Emendas nº 6, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70; da 70 até a 80, da 80 a 90, da 90 a 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161 a 170, 171 a 180, 181 a 190, 190 a 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220... (AUSÊNCIA DE ÁUDIO) ...227, 228 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280... (FALHA NO VÍDEO) ...300, 301, 302, 303, 304, 305, rejeitando as Emendas nº 4, 7, 8, 9, 197, 237, 238, 253, 254, 287, 293, 294, 295, 296, 297, 298 e 299, prejudicando as Emendas nº 1, 2, 3, 5, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 36, 37, 38, 39, 68, 133, 137, 225, 226, 227, 284, 286 e 289. O parecer é favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, acatando as Emendas nº 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 70, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 90, 91, 92 até 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106 até 117, 118, 119, 120, 121 até 129, 130 até... 131, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150 até 159, da 160, 161, 169, 170, 171 até 179, 180 até 189, 190 até 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211 a 220, 220 a 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 267, 268, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 282, 283, 285, 288, 290, 291, 292, 300, 301, 302, 303, 304, 305, rejeitando as Emendas nº 6, 67, 69, 71, 72, 73, 86, 87, 88, 89, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168 e 269, prejudicando as Emendas nº 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 36, 37, 38, 39, 68, 133, 137, 197, 225, 226, 237, 238, 253, 254, 266, 278, 279, 280, 281, 284, 286, 287, 289, 293, 294, 295, 296, 297, 298 e 299.

Está lido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok, então vamos para a discussão.

Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL - Para discussão, Presidente.

Bom, Presidente, eu quero discutir, mas já fazer o pedido ao senhor para a votação em destaque da Emenda nº 4, que nós propusemos, reduzindo de 30% para 10% o limite da autorização para o Poder Executivo abrir crédito suplementar.

O que eu quero dizer de início é que infelizmente já é o quinto ano, o quinto ano, em que a cada votação da Lei Orçamentária Anual, eu preciso utilizar esta tribuna para dizer a mesmíssima coisa diante de um Parlamento que não exerce a responsabilidade que tem de controlar de verdade o orçamento do Estado de Mato Grosso.

O orçamento executado em 2023 será finalizado com uma receita de mais de 35 bilhões de reais. E a proposta que nós estamos votando para o orçamento de 2024 prevê uma receita inferior àquela que terá sido executada no ano anterior. Mais uma vez nós estamos votando um orçamento com receita subestimada, com o governador prevendo uma arrecadação muito abaixo daquela que realmente acontecerá.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 15H51MIN.

Desde 2019, desde o pacote da maldade de janeiro de 2019, desde a votação que a Assembleia fez no mês de julho, que atravessou a madrugada em 2019, que deveria revisar as renúncias fiscais do Estado e, em vez de fazer essa revisão, manteve as renúncias e alterou a legislação do ICMS, sacrificando a população trabalhadora, sacrificando os servidores públicos, sacrificando os comércios e os pequenos e médios empresários de Mato Grosso, com uma elevação na alíquota do ICMS, com a elevação na forma como o ICMS é cobrado, com o aumento da carga tributária... Isso permitiu uma explosão da arrecadação de Mato Grosso na ordem de 25% de crescimento a cada ano. Só que a cada ano o governador sempre encaminha um projeto de lei orçamentária subestimando receita.

Então, assim, a Assembleia precisa corrigir isso, houve até uma tentativa este ano com a devolução do projeto de lei orçamentária, mas nem aquilo que era o objeto da devolução, que era a emenda constitucional que alterava o limite de 1% para 2% da receita corrente líquida para as emendas impositivas parlamentares, foi feito.

Então, assim, nós mais uma vez votaremos um orçamento com receita subestimada... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. LÚDIO CABRAL - Mais um minuto, Botelho. Botelho, mais um minuto. Alô, alô.

Mais uma vez votaremos um orçamento que desrespeita as políticas públicas realizadas pelo trabalho humano do servidor público. É uma vergonha o governador propor uma RGA de 5,86% na LDO e na hora de encaminhar o projeto de lei que nós votaremos daqui a pouco, esquece aquilo que encaminhou para cá e não abre para negociação, para o diálogo de verdade.

Soubemos agora que tem um projeto de lei que chegou agora, pedindo autorização para contrair empréstimo de 1,5 bilhão, não sei se de dólares ou de reais... de reais. Então, assim, é muito triste.

E a emenda que eu propus, ora! Se a receita está subestimada... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais três minutos para o Deputado.

O SR. LÚDIO CABRAL - Obrigado, Botelho, porque eu já faço a discussão do destaque agora.

Ora! Se a receita, se a previsão de arrecadação já está subestimada, a Assembleia votar um artigo na LOA, que dá ao governador o poder já automático, um cheque em branco, de poder abrir os tais créditos adicionais suplementares na casa de 30% do que está previsto na receita, é dizer o seguinte: governador, o senhor está autorizado a abrir crédito novo, na ordem de 11,5 bilhões de reais sem o controle do Parlamento, com aquilo que irá acontecer - e nós sabemos que irá acontecer, com o excesso da arrecadação -, exatamente porque a receita, a arrecadação do ano que vem está subestimada na lei que estaremos votando.

A emenda que eu estou propondo é para que nós limitemos a 10%, já é mais do que suficiente para ao longo do ano o Poder Executivo conseguir trabalhar um orçamento com tranquilidade, com segurança. Agora, acima de 10%, tem que trazer para o Parlamento o debate, porque é o Parlamento que encontra as pessoas todos os dias nos 141 municípios, os mais de 3,6 milhões de habitantes, nos quase 1 milhão de quilômetros quadrados, com as suas necessidades, com os seus problemas, com as suas demandas, para que as políticas públicas as atendam. E aí eu falo da fome, da miséria, da desigualdade social, das desigualdades regionais, do drama que a nossa população vive, o tempo todo, todos os dias, na saúde pública; das dificuldades e do sofrimento na educação pública, com o desrespeito aos seus trabalhadores e a comunidade escolar, com a não valorização da ciência, da tecnologia e da Universidade do Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 15H51MIN.

Então é isso, senhores Deputados, mais uma vez a reflexão sobre votarmos um orçamento que subestima receita e mais uma vez a proposta de uma emenda para limitar a 10% a margem para abertura de crédito suplementar por parte do Poder Executivo com essa autorização prévia do Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

Mais uma dispensa de pauta ao projeto de... Opa! Nós estamos votando a... desculpa.

Eu vou votar o parecer, depois eu voto o destaque, tá bom? Beleza?

Então encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que forem favoráveis ao parecer da comissão permaneçam como estão, quem for contra se manifeste. (PAUSA) Ninguém votando... Lúdio, estamos votando o parecer da Comissão da LOA, depois nós vamos votar o destaque, depois nós vamos votar.

Todos favoráveis? Então aprovado por unanimidade.

Vamos ao destaque do Deputado Lúdio Cabral.

Oi? Emenda nº 287...

(O SR. PRESIDENTE FALA COM A SR.ª ASSISTENTE DA MESA DIRETORA.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok*, então só para... Eu vou fazer o intervalo aqui entre essas votações e votar apenas o requerimento de dispensa de pauta ao Projeto de Lei nº 24/2024, Mensagem nº 9/2024, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai ao expediente.

Então vamos voltar à votação do destaque do Deputado Lúdio Cabral.

Emenda nº 4: modifica o art. 4º do Projeto de Lei nº 2.236/2023, que passa a ter a seguinte redação: Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 10% da despesa total fixada no art. 3º, observado o disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Em discussão. Para discutir, Deputado Lúdio Cabral... Já discutiu.

Então aqueles que...

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Para encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para encaminhar, Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Senhor Presidente, no Colégio de Líderes nós tratamos desse assunto, Vossa Excelência participou também com o governador, nós discutimos esse projeto, o Deputado Paulo Araújo também estava junto, o Deputado Max, a Janaina, o Deputado Júlio Campos... e nós conversamos, nós reduzimos de 30% para 20%. Então eu gostaria de pedir à base do governo para votar contra o destaque pedido pelo Deputado Lúdio Cabral. Então a orientação para a base é para votar contra o destaque dessa emenda do Deputado Lúdio Cabral.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok*, então vamos para a votação. Aqueles que forem favoráveis ao parecer da comissão, que rejeitou a emenda, permaneçam como estão; quem for contra o parecer da comissão, e a favor da emenda, se manifeste.

Deputado Lúdio Cabral, Deputado Valdir Barranco... dois votos favoráveis... contrários ao parecer da comissão e favoráveis à emenda. Então a emenda está rejeitada.

Emenda do Deputado Wilson Santos, Emenda nº 287, ele fez uma emenda destinando 10 milhões de reais, colocando uma destinação específica para a compra de remédios, medicamentos à base de canabidiol.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 15H51MIN.

Em discussão. Para discutir, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Presidente Botelho, colegas Deputados, eu vim aqui pedir esse voto, pedir esse voto sim à aprovação desse destaque, são recursos para medicamentos à base do canabidiol.

Nós já aprovamos aqui lei nesse sentido. Mato Grosso provavelmente é o primeiro estado do Brasil que tem lei que garante esses remédios. Na verdade, é um remédio só, que é um remédio para epilepsia, é o remédio mais eficiente no Brasil para tratamento de epilepsia, e 15 outros produtos, todos eles aprovados pela Anvisa, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Não tem nada aqui fora da lei, todos aprovados pela Anvisa, e todos só podem ser concedidos por prescrição médica, então algo extremamente legal.

O Congresso Nacional está estudando isso agora, quer também fazer lei nesse sentido, Mato Grosso fez a lei, a primeira, depois São Paulo já fez também, lá o governador Tarcísio já está entregando essa medicação.

E eu estou pedindo o apoio dos senhores, da senhora Deputada, para que a gente aprove. Nós não estamos tirando da comunicação, da educação... não. É um remanejamento interno na Secretaria de Saúde, que tem o orçamento de aproximadamente 3,1 bilhões, senhor Presidente.

E eu votei agora, líder Dilmar, com a nossa base. E eu disse ao Lúdio, que é candidato a prefeito, que pode ser prefeito um dia de Cuiabá, tem todas as condições para isso, que o percentual de 30% é exagerado para remanejamento, é exagerado, é tirar poder do Legislativo e transferir ao Executivo, mas 20% é o percentual padrão nacional, esse é um percentual padrão, não diminui o Parlamento e não exagera os poderes do Executivo.

O Deputado Botelho também, que está aí com um pé no Palácio Alencastro, vai também saber quando pedir à Câmara Municipal, que esse é um percentual moderado, que quase todos os Executivos ganham do Legislativo essa autonomia para remanejar até 20%, é um número civilizado, Excelência.

Então peço aqui... Dr. Eugênio, o senhor que é médico, Elizeu, em especial, quero pedir o seu voto, doutor Sebastião Rezende, Fabinho, Paulo, Avallone, para que a gente possa garantir esse destaque.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Wilson, eu queria apenas que o senhor... eu acho que é justo comprar e é um medicamento que está sendo ajuda aí no tratamento de Alzheimer e muita... epilepsia, mas o senhor colocou 19 milhões na legislatura passada, e esse parece que não foi usado e foi deslocado para outras atividades. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. WILSON SANTOS - Presidente, na verdade foram 10 milhões. E se o dinheiro não for utilizado exclusivamente para esse objeto, ele pode ser remanejado pela secretaria, ele não sai da secretaria, não tem nenhum problema.

(O SR. PRESIDENTE FALA COM O SR. WILSON SANTOS FORA DO MICROFONE.)

O SR. WILSON SANTOS - Foi comprado... Sim, uma boa parte foi utilizada, e o que não foi utilizado, o secretário Gilberto redistribuiu conforme o plano de trabalho da secretaria estadual.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu acho justo, porque esse medicamento é muito importante.

Então encerrada a discussão, vamos para a votação. Quem for favorável ao parecer da comissão, que rejeitou a emenda, permaneça como está, quem for contra (O PARECER) e a favor da emenda se manifeste.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 15H51MIN.

Deputado Paulo Araújo, Deputado Lúdio, Deputado Eugênio, Deputado Wilson, Barranco, Júlio Campos... 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 votos. Quantos que têm, Deputado Dilmar? (PAUSA)

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Presidente, Presidente! Deputado Diego Guimarães manifesta o voto com o Deputado Wilson Santos.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Diego... hã? ...se foi aprovado ou não... Sim, Diego, já contei aqui, obrigado, Diego. (CONTAGEM DOS VOTOS - PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Moretto está aí ou não? Moretto, você vota como? (CONTAGEM DOS VOTOS - PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Com 8 votos sim e 11 não... 11 favoráveis... o sim é a favor da comissão... aliás contra a comissão, a favor do projeto, e 11 a favor da comissão.

Votaram pelo projeto: Deputado Paulo, Lúdio, Eugênio, Wilson, Barranco, Fabinho, Júlio e Diego. Então está rejeitada a emenda.

Os destaques da emenda da LOA estão encerrados. Então a LOA está aprovada e vai ao expediente... Ah, tem redação final, tem redação final, desculpa.

O Plano Plurianual...

(EMENTA COMPLETA: PROJETO DE LEI Nº 1.758/2023, MENSAGEM Nº 126/2023, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2024-2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu peço para o Deputado... lê lá, você ou Júlio, lá para mim... fazer a leitura do parecer da comissão.

O SR. BETO DOIS A UM - Atendendo ao pedido do nosso Presidente, determinação do Presidente, escravo do Regimento, Eduardo Botelho.

Dispõe sobre o Plano Plurianual do quadriênio 2024/2027 e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, acatando as Emendas nº 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44, rejeitando a Emenda nº 31 e prejudicando as Emendas nº 30 e 34. O parecer é favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, acatando as Emendas nº 2, 5, 9, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44, prejudicando as Emendas nº 1, 3, 4, 7, 8, 29, 30, 31 e 34 e rejeitando as Emendas nº 6, 10, 11, 12, 15 e 16, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Então encerrada... aliás, em discussão a votação do PPA, em 2ª votação. Ninguém para discutir, então vamos para a votação. Os que aprovam os pareceres das comissões permaneçam como estão, quem for contra se manifeste. Ninguém contrário, está aprovado e vai ao expediente. Aliás, à redação final, porque tem uma emenda, tem emendas.

Cadê a RGA?

Projeto de Lei nº 15/2024, Mensagem nº 3/2024 (EM 2ª DISCUSSÃO), que altera a Lei nº 12.299, de 24 de março, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias. O parecer é favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

(EMENTA COMPLETA: ALTERA A LEI Nº 12.299, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai ao expediente.

Em 2ª votação, Projeto de Lei nº 5/2024, do Deputado Dr. Eugênio, que dispõe sobre a criação do programa de apoio aos clubes de futebol federados na Federação Mato-Grossense

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 15H51MIN.

de Futebol. O parecer é favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, bem como da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Substitutivo Integral nº 1.

(EMENTA COMPLETA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AOS CLUBES DE FUTEBOL FEDERADOS NA FEDERAÇÃO MATO-GROSSENSE DE FUTEBOL, "FMF MT", QUE DISPUTAM A 1ª DIVISÃO DO CAMPEONATO MATO-GROSSENSE DE FUTEBOL MASCULINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai o expediente.

Em 1ª votação, Projeto de Lei Complementar nº 1/2024, Mensagem nº 2/2024, que altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 407, de 30 de junho de 2010, e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Trabalho e Administração Pública.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai à 2ª votação.

Projeto de Lei nº 883/2023 (EM 2ª DISCUSSÃO), do Deputado Claudio Ferreira, que estabelece sanções aos ocupantes comprovadamente ilegais e invasores de propriedades privadas rurais e urbanas no âmbito do Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Substitutivo Integral nº 1, restando prejudicados os Projetos de Lei nº 918/2023 e 1.417/2023 aqui apensados.

Em discussão. Concedo vista de cinco dias ao Deputado... Oi?

(O SR. SECRETÁRIO PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA FALA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Teve na primeira... Ah, já teve vista, Wilson! Desculpa, já foi concedida vista, não é mais possível.

Então encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão, quem for contra se manifeste.

Com os votos contrários do Deputado Wilson Santos, do Deputado Lúdio Cabral e do Deputado Valdir Barranco, o projeto de lei está aprovado e vai ao expediente.

Projeto de Lei nº 24/2024 (EM 1ª DISCUSSÃO, MENSAGEM Nº 9/2024), que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil, com a garantia da União. O parecer é favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão. Concedo vista de cinco dias ao Deputado Wilson Santos.

Calma, nós temos outra sessão ainda, Deputado, não sai, não, hein!

Vamos encerrar esta sessão e convocar outra sessão.

(O SR. SECRETÁRIO PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA FALA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Vamos discutir agora ainda nesta sessão a votação da RGA. Como foi dito aos Deputados, foi tentada toda uma comissão para discutir, o Deputado Elizeu fez uma proposta, o Deputado Lúdio, outro Deputado fez, mas o governo entendeu que não tem como abrir exceção e manteve, Deputado Paulo Araújo, os 4,63%.

Então nós vamos colocar em votação...

O SR. PAULO ARAÚJO - Na hora que Vossa Excelência colocar o projeto, quero discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, Deputado Paulo Araújo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 15H51MIN.

O SR. PAULO ARAÚJO - Obrigado.

Presidente Botelho, nobres Deputados, servidores públicos do Estado de Mato Grosso, nós tentamos em todos os momentos negociar com o governo, em todos os momentos. Eu falei diretamente com o governador, nós falamos com os Deputados, chamamos aqui, convidamos todos os presidentes de sindicatos para que a gente pudesse fazer uma discussão.

Eu acho, aliás... não, eu tenho certeza de que o governo como um todo, Deputado Botelho e nobres Deputados, perdeu uma grande oportunidade de nós estarmos juntos, numa parceria, junto com o grupo de servidores públicos do Estado de Mato Grosso, uma grande oportunidade. O governo hoje tem condições reais de dar aquilo que a gente já vinha pedindo, que é aquele percentual que o próprio governo colocou na LDO, que é 5,86%, e infelizmente nós não conseguimos convencer o governo de forma diferente. Líder de governo Dilmar Dal Bosco, vice-líder Beto, Presidente Botelho, oportunidade única, Deputado Fabio, Deputado Sebastião, de nós termos o conjunto de servidores públicos mais próximo do Governo do Estado, mais próximo do Poder Legislativo.

E em todos os momentos, eu que sou servidor público de carreira do Estado de Mato Grosso, nós vamos estar aqui em todos os momentos buscando o entendimento junto ao Governo do Estado, junto à maior bancada, que não é a bancada dos servidores públicos, infelizmente. Em todas as votações que nós fizemos o enfrentamento com o governo, nós perdemos; e a gente reconhece que nós estamos em número inferior para poder aqui peitar, podemos dizer assim, aqui dentro do plenário. Mas infelizmente, eu digo assim infelizmente, com profunda tristeza, Deputado Elizeu, porque mais uma vez, mesmo num processo de negociação, nós não conseguimos avançar por um ganho real aos servidores públicos do Estado de Mato Grosso.

Então aqui, só a minha mensagem de profunda tristeza ao conjunto... triste, com todos os servidores públicos, infelizmente nós não conseguimos emplacar, infelizmente, uma RGA daquilo que a gente gostaria para todo o conjunto de servidores públicos do Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, Deputado Elizeu Nascimento.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - Senhor Presidente, senhores Deputados, Deputada, servidores públicos aqui presentes, TV e Rádio Assembleia.

Senhor Presidente, na última sessão que tivemos, fizemos aqui juntamente com os Deputados, o Deputado Paulo Araújo, a Deputada Janaina e o Deputado Carlos Avallone, esse encaminhamento para que nós pudéssemos ter aqui esse cumprimento do primeiro anúncio de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é a LDO 2024, encaminhada pelo Governo do Estado a uma porcentagem de 5,86%. E assim nós iniciamos, através dessa comissão com esses Deputados, as tratativas com o governo.

Hoje pela manhã recebemos os representantes sindicais para que nós pudéssemos fazer a tratativa com o representante da Secretaria de Fazenda, do Governo do Estado, e buscar com que, mesmo sabendo que não seria obrigação do Governo do Estado cumprir com a LDO, na porcentagem de 5,86%, pois o IPCA foi anunciado na porcentagem de 4,62%, nós buscamos esse consenso para que o Governo do Estado pudesse fazer esse atendimento ao pedido dos Deputados, de forma ordeira, através do diálogo, sem busca por um radicalismo, que sempre nós vimos apenas prejuízo aos nossos servidores, quando assim colocado, e também os servidores públicos levaram por esse mesmo caminho que nós buscamos. Infelizmente não tivemos êxito nesse atendimento por parte do Governo do Estado.

Ficam aqui também, assim como o Deputado Paulo Araújo, as minhas palavras de sentimento de tristeza, pois lá atrás nós tivemos grandes prejuízos aos servidores públicos, irreparáveis, principalmente quando falamos a respeito dos aposentados que tiveram aquele grande

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 15H51MIN.

prejuízo na taxação e aqui poderia ser aqui um momento ao qual o Governo do Estado poderia estar colocando uma mínima porcentagem para amenizar a dor desses servidores públicos prejudicados.

Mas... peço mais dois minutos ao nosso Presidente para que eu possa finalizar.
(TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais dois minutos para o Deputado.

Assim sendo, Presidente, na reunião desta manhã, fiz ali a proposta para que fosse encaminhado ao Governo do Estado, que fosse apresentada uma porcentagem meio termo, não chegando aos 5,86%, mas também não ficando na porcentagem do IPCA, que mede aí 4,62%. E ali fiz o encaminhamento de mais 0,88% em cima dos 4,62%, assim teríamos 5,50% de reposição para os servidores públicos no ano de 2024 a serem cumpridos a partir do mês de janeiro. Infelizmente também não foi acatado, mas fica aqui a nossa mensagem aos servidores públicos que essa porcentagem hoje da RGA em 4,62% não poderia ser também colocada a RGA no valor de 5,86%, pois seria 4,62%, e esse acréscimo para que fosse chegado a 5,86% teria que ser um aumento salarial. E é isso que nós pedimos aqui aos Deputados, que nós possamos dar continuidade na busca dessa diferença, agora, após mesmo aprovando a RGA de 4,62%.

Meu muito obrigado a todos.

O SR. VALDIR BARRANCO - Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, Deputado Valdir Barranco; depois Lúdio Cabral, né? Ah, Júlio Campos, Júlio Campos.

O SR. VALDIR BARRANCO - Senhor Presidente, eu quero mais uma vez, em votação da LDO, vir aqui para me solidarizar com os servidores públicos do Estado de Mato Grosso. Infelizmente, nós vamos ter um início de ano com a continuidade do calote da RGA pelo Governo de Mauro Mendes.

A RGA é um dispositivo constitucional, é um direito adquirido pela luta dos trabalhadores e das trabalhadoras. E desde que assumiu esse governo, lá em janeiro de 2019, além de revogar outras conquistas através da legislação, como a 510/2013, que é a lei que garante a dobra do poder de compra dos servidores da educação, o Governo do Estado não vem cumprindo com a recomposição, com a Revisão Geral Anual, com a RGA. E agora nós termos a revisão apenas de 4,62%, que é o índice inflacionário fechado, exatamente no dia de hoje... E aí eu quero dar os méritos aqui ao presidente Lula, porque se nós tivemos uma inflação de 4,62%, abaixo do que estava previsto, muito abaixo do que estava previsto pelo Banco Central, é graças ao governo bem conduzido do presidente Lula no ano de 2023. Isso é dizer que o calote contra os servidores públicos continuará neste ano de 2024. Até quando os servidores públicos vão suportar e não vão ter esses mais de 20%? São mais de 20%, que o Governo do Estado deve para os servidores públicos do Estado de RGA, que não foram pagos no decorrer desses cinco anos de Governo do Mauro Mendes.

Então a pergunta que eu quero deixar, obviamente vou votar favorável ao acordo que foi possível, que foi construído por esta Casa de Leis, mas eu deixo aqui, Presidente Botelho, para que no decorrer de 2024 nós possamos construir as condições para que o governo cumpra com os 20% ou mais de 20% que ele deve de RGA. E que no próximo orçamento esta Casa possa enviar todos os esforços e possa pôr o pé na porta para não deixar aprovar o orçamento de 2025 sem que o governo pague os mais de 20% que ele deve aos servidores e servidoras de Mato Grosso.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Senhor Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, Deputado Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Senhor Presidente, senhores parlamentares aqui presentes, hoje me sinto um pouco derrotado nesta Casa, lamento profundamente que todas as

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 15H51MIN.

minhas reivindicações e emendas apresentadas ao projeto da lei do orçamento estadual foram rejeitadas pela comissão, infelizmente. Eu apresentei uma emenda destinando 1,5 milhão de reais para elaboração do projeto da rodovia MT-240, no entroncamento da BR-163 até a rodovia MT-140, com extensão de 150 quilômetros, que seria para iniciar os primeiros 30 quilômetros da rodovia, lamentavelmente foi rejeitado.

Como também foram rejeitadas duas grandes causas que nós defendemos, que é recurso especial para o Intermat acelerar a regularização fundiária nas áreas rurais e urbanas de Mato Grosso. Esse trabalho já vem sendo feito pela Assembleia Legislativa, com o apoio do orçamento desta Casa, pelo Intermat, mas nós queríamos reforçar o orçamento do Intermat para que viesse realmente, no ano de 2024, fazer um grande trabalho para documentar os pequenos sítios do interior de Mato Grosso e os moradores das áreas suburbanas de Cuiabá, de Várzea Grande e de todas as cidades, com a entrega do documento da regularização fundiária no período de 2024, e lamentavelmente foi rejeitado.

Como também foi rejeitado um sonho, que nós queríamos destinar um recurso especial de 1 milhão e 447 mil reais para a Universidade Estadual de Mato Grosso implementar o primeiro polo universitário, um campus da Universidade da Unemat no município de Colniza, lá na região noroeste do estado, na divisa de Mato Grosso com Rondônia.

Mas a briga vai continuar, a luta vai continuar, e não vamos frustrar o nosso sonho de durante o ano todo de 2024 lutar pela regularização fundiária, pela Unemat e também pelas construções das rodovias.

E quero me solidarizar com os companheiros que lutam pela causa do servidor público. Hoje de manhã, eu me entusiasmei, fiquei muito entusiasmado, acreditando que essa comissão nomeada pelo Presidente Eduardo Botelho, para negociar com o governo a nova RGA, que já que constava na LOA, cerca de 40... um reajuste de 5,86%, que poderia dar um pouquinho mais de conforto para os nossos servidores. Lamentavelmente não tivemos também sucesso, a comissão... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto para o Deputado Júlio.

O SR. JÚLIO CAMPOS - O reajuste da RGA veio apenas em 4,62%.

Eu acredito que nós temos que continuar essa luta, trabalhando daqui para frente, com a melhoria da arrecadação do Estado, com o crescimento do Estado, quem sabe o governador no segundo semestre possa aumentar esse um e pouquinho por cento que faltou para que os servidores tenham uma RGA conforme era o previsto na LOA e que não será cumprido no orçamento de 2024.

Minha solidariedade aos servidores públicos de Mato Grosso e contem com o nosso apoio nesta Casa.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Então encerrada a discussão... Deputado Lúdio Cabral (RISOS). É, tem a Janaina também.

Olha, eu peço aos Deputados que não saiam, nós precisamos de quórum. Eu tenho aqui virtual, eu tenho 1, 2, 3, 4 Deputados. Eu preciso ter aqui Deputado suficiente, por favor.

Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL - Bom, eu já fiz uma fala na reunião que tivemos de manhã no Colégio de Líderes com os representantes das categorias profissionais dos servidores públicos, das entidades, e vou sintetizar aqui um pouco do que disse ali naquela reunião. É muito triste, é vergonhoso, mais uma vez o governador do Estado desrespeitar os servidores públicos, não valorizar da forma como deveria valorizar os servidores públicos, porque é o trabalho dos servidores

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 15H51MIN.

públicos que realiza os direitos da nossa população nas muitas áreas de atuação do serviço público estadual.

O governador encaminhou uma proposta de RGA na Lei de Diretrizes Orçamentárias prevendo 5,86%. Nós já discutimos, lá na votação da LDO, e eu cheguei a apresentar duas emendas neste sentido: que o 5,86% era insuficiente, que precisaríamos de um percentual maior, porque há um acumulado de perdas, desde 2018, que está na casa dos 20% hoje para os servidores da ativa. No caso dos servidores aposentados e pensionistas, essa perda acumulada é muito maior do que os 20%, ela está na casa dos quase 40% hoje, sacrificando severamente o servidor aposentado e pensionista do Estado de Mato Grosso, com quem a Assembleia Legislativa tem uma dívida histórica, que é a dívida de resgatar o confisco dos 14% da contribuição previdenciária.

A Assembleia votou em 2020, em plena pandemia, uma reforma da previdência que, além do confisco da previdência dos aposentados e pensionistas, aumentou a alíquota previdenciária de 11% para 14%, isso é perda real de remuneração para os servidores públicos. Em 2022, diante de uma inflação de 12%, a RGA aprovada aqui na Assembleia foi apenas de 7%.

Ao governador, a inflação interessa quando lhe convém. Quando a inflação é maior do que aquilo que ele entende que deve pagar de RGA, ele desconsidera os índices inflacionários. O exemplo é exatamente a RGA de 2022, porque a inflação foi de 12% em 2021 e a RGA foi apenas de 7%, ou seja, em apenas um ano 5% de perda acumulada.

Aí, agora, porque o IPCA veio 4,62%, o governador: “não, eu não vou pagar o que eu coloquei na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que são 5,86%”... (TEMPO ESGOTADO) “...eu não vou pagar o que está na LDO, que eu...” que o governador, que ele governador colocou na LDO, 5,86%... Não, não vai pagar, vai pagar só 4,62%, porque é o que deu o IPCA de 2023.

Nós não podemos nos esquecer de que a arrecadação do Estado de Mato Grosso explodiu ao longo dos últimos cinco anos, crescendo uma média de 20%, 25% todo ano, que o limite de despesa de investimento em pessoal hoje está abaixo dos 40% da receita corrente líquida, que há esse acúmulo de perda para inflação. É perda para inflação, não tem ninguém falando de aumento real, porque a inflação corrói a remuneração do trabalhador, e a RGA é para, no mínimo, recompor essa corrosão inflacionária acumulada em 20%; no caso dos aposentados e pensionistas, o dobro disso. A economia do Estado crescendo e a arrecadação subindo à custa do trabalhador da iniciativa privada, do servidor público, do pequeno e do médio empresário.

Agora tem uma questão que infelizmente é triste e é difícil, porque nos dificulta a atuação aqui, que é votar esse projeto em convocação extraordinária, na dependência de que ele entre em vigência no mês de janeiro, nos limitando a possibilidade de apresentar emenda, de propor alterações.

Então, assim, a fala aqui hoje é para destacar mais uma vez essa injustiça, dizer que nós vamos seguir na luta em defesa dos servidores e de serviços de qualidade para realizar os direitos da população e denunciar o descaso permanente e insistente do atual governo com o trabalhador do Estado, que é quem realiza as ações de todo o Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputada Janaina Riva.

A SR.^a JANAINA RIVA - Presidente, colegas Deputados, eu gostaria aqui de reforçar o que foi dito pelos colegas. O que nós vivenciamos hoje em Mato Grosso é um estado realmente próspero, mas que ainda deixa a desejar no relacionamento com o servidor. Essa questão da RGA, por exemplo, hoje nós temos condições de começar a recompor aquilo que não foi pago nos dois anos que havia a PEC do Teto de Gastos, e que nós sabemos que havia embasamento jurídico, do Tribunal de Contas, decisões do Judiciário, dizendo que não era necessário o pagamento. Porém, como disse o Deputado Lúdio, isso não muda o fato de que o servidor perdeu o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 15H51MIN.

seu poder de compra. E nós estimamos isso, desde o último ano do ex-governador Pedro Taques, que deixou de pagar 2%, e os anos seguintes que não foram pagos, que esse valor possa chegar a 20%, o que o servidor deixou de ter recomposto no seu salário, a perda inflacionária.

Então o que acontece hoje? Nós votamos aqui o reajuste de todos os Poderes, que estão constantemente... com exceção da Assembleia, que foi solidária ao Executivo, e eu quero registrar isso aqui, reajustando muitas vezes o valor real que deve ser recebido pelo seu servidor. E votamos com maior prazer, porque nós entendemos que o servidor deve ser bem remunerado. Mas nós não conseguimos avançar com os servidores do Executivo, que é onde ainda estamos deixando a desejar, desde os aposentados, que estão tendo, governador Júlio Campos, especialmente os professores, descontados 14% da sua aposentadoria, até os servidores que não receberam a sua RGA passada. E agora nós poderíamos aos poucos, porque nós somos uma Casa de pessoas equilibradas, a nossa proposta aqui era que nós pudéssemos conceder um aumento real de 1,2%, factível, dava para ser feito.

Então, Presidente, eu só queria deixar isso registrado, porque eu entendo que o sentimento de um estado bom, ele tem que ser para todos.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Claudio Paisagista.

O SR. CLAUDIO FERREIRA - Senhor Presidente, caros colegas, registro aqui, lamentavelmente, nós não conseguimos o aumento real que esta Casa, que muitos de nós queríamos aqui, o aumento de 1,2% de ganho real para o servidor público. A gente sabe que o servidor público está há mais de quatro anos de jejum, portanto era justo que neste momento em que o Estado se encontra em uma boa situação fiscal, que o governo fizesse essa recomposição e promovesse um ganho real para o servidor público, mas infelizmente nós não conseguimos êxito.

Desde o primeiro momento que se iniciou esse debate, nós nos posicionamos favoráveis ao ganho real, participamos, viemos aqui presencialmente participar desse debate, procuramos o entendimento com o Executivo, entretanto não conseguimos êxito.

Eu sou filho de servidora pública, uma cozinheira aposentada do município, sou irmão de dois servidores públicos, um estadual e outro federal, portanto a gente conhece a vida do servidor público e reconhece que não é possível você ofertar um serviço de boa qualidade sem servidor motivado, sem servidor bem valorizado. Portanto, queremos lamentar aqui, mas também não deixando de dizer que nós vamos continuar fazendo esse debate. Eu sei que o governador está sensível à causa do servidor, e eu creio que no ano de 2025 nós vamos conseguir o ganho real tão necessário para o servidor público estadual.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok, Deputado Claudio.

Então ninguém mais para discutir, encerrada a discussão. Em votação o Projeto de Lei nº 25/2024 (EM 1ª DISCUSSÃO, MENSAGEM Nº 8/2024), que dispõe sobre a concessão de revisão geral de subsídios dos servidores públicos efetivos, comissionados e contratados, civis e militares, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso para o ano de 2024, e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Aqueles que forem favoráveis ao parecer da comissão permaneçam como estão, quem for contra se manifeste. (PAUSA) Com nenhum voto contrário, a RGA está aprovada e vai à 2ª votação.

Em 1ª votação... O Deputado Wilson Santos devolveu o projeto do empréstimo, ele disse que fez uma negociação com os secretários, que eles vão liberar um recurso para pagar o canabidiol.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 15H51MIN.

(EMENTA COMPLETA DO PROJETO DE LEI Nº 24/2024, MENSAGEM Nº 09/2024: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO DO BRASIL S.A., COM A GARANTIA DA UNIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Em discussão. Encerrada a discussão... Oi?

O SR. JÚLIO CAMPOS - Para discutir esse empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, Deputado Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Senhor Presidente, senhores Deputados, nós estamos autorizando neste instante o Governo do Estado de Mato Grosso a contrair um financiamento de 1,5 bilhão de reais para ser investido na infraestrutura rodoviária do Estado de Mato Grosso. É um financiamento que vai ser autorizado pelo Banco do Brasil, depois das tratativas com o Governo Federal, com o Ministério da Fazenda, com a Secretaria Nacional do Tesouro, bem como para um prazo de 96 meses a um juro até bastante acessível para o mercado nacional no momento vigente.

Mas eu acredito que esse empréstimo chegou muito rápido, chegou na manhã de hoje e já estamos autorizando, passou com a velocidade de um foguete intercontinental por esta Casa, pela Comissão de Fiscalização e Controle e também pela Comissão de Constituição e Justiça.

Nós resistimos no início, resistimos na hora que tomamos conhecimento, em já dar esse consentimento de imediato, rápido, sem estudar melhor o assunto e sem pôr algumas cláusulas necessárias para o seu bom funcionamento e para a sua boa aplicação na infraestrutura do estado.

Nós esperamos que o governador seja mais sensível, que no momento em que ele endurece a parada, concedendo a RGA abaixo do que esta Casa queria, que era 5,82%... A RGA custaria 200 milhões de reais, e nós estamos autorizando agora 1,5 bilhão para obras em Mato Grosso. Nós sabemos que o Tesouro do Estado está neste momento com o caixa cheio, com recursos financeiros para muitas obras, mas vamos confiar.

Eu espero que o secretário Marcelo Padeiro, que é titular da pasta da infraestrutura, seja mais educado com os parlamentares, com a nossa reivindicação, porque a maneira que um deputado federal, um deputado estadual, que um senador, que um político, um prefeito municipal ou que um vereador vai à Sinfra... é muito maltratado, são até judiadas certas personalidades.

Então nós queremos, estamos dando ao Governo Mauro Mendes para ele investir, através da Secretaria de Infraestrutura, 1,5 bilhão. E nós queremos então sugerir ao governador que dê oportunidade para os Deputados apresentarem as estradas que necessitam ser pavimentadas, as pontes que precisam ser construídas, não pode ficar ao bel-prazer do secretário ou da sua equipe de assessoria na área da infraestrutura.

Portanto, neste momento, eu faço um apelo ao governador Mauro Mendes. Nós estamos confiando no senhor, governador, estamos dando um voto... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto para o Deputado.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Governador Mauro Mendes, nós estamos dando a Vossa Excelência um voto de confiança, assinando um cheque em branco de 1,5 bilhão de reais, mas esperamos receber do senhor, da sua equipe econômica, principalmente da Secretaria de Infraestrutura, do secretário Marcelo Padeiro, o mínimo de respeito, o mínimo de agradecimento, o mínimo de cordialidade no relacionamento entre esta Casa, que está autorizando o senhor a pegar 1,5 bilhão de reais, sem nenhuma cláusula... Que eu fui governador, e toda vez que eu pedia naquela época, de 1983 a 1987, qualquer autorização de financiamento, a Assembleia tinha direito de que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 15H51MIN.

pelo menos 30% dos recursos fosse indicação dos parlamentares, dos Deputados Estaduais, e nós também não temos nada.

Portanto, eu quero fazer o apelo ao governador Mauro Mendes, que dialogue com mais respeito, com mais tranquilidade, com mais amizade com o Poder Legislativo de Mato Grosso.

Conte conosco para bem fiscalizar a aplicação desses 1,5 bilhão de reais.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Júlio Campos, concordo com o senhor em tudo o que o senhor falou. Eu acho que nós deveríamos chamar inclusive depois o secretário, podemos aprovar, mas ficar combinado que tem que vir aqui, tem que ouvir os Deputados, os Deputados não estão indicando nada, quando o Deputado vai propor uma obra, ela é ignorada, ela nem é analisada, nem é analisada. O secretário costuma dizer: “é o planejamento nosso”, e o secretário Marcelo Padeiro tem essa visão de que ele faz o planejamento e não importa com o Deputado.

Então eu acho que nós temos que começar, Deputado Dilmar, Deputado Beto, Deputado, nós temos que começar a colocar o valor desta Casa. Eu não sou contra aprovar não, eu acho que tem que aprovar, agora não vir aqui, não discutir, não ouvir o Deputado, não ouvir o que que o Deputado está indicando, o que que os Deputados querem para a região, eu acho que é uma falta total de respeito com este Parlamento.

Quem propõe políticas públicas é quem tem mandato, nós temos que fazer isso prevalecer, Deputado Dilmar. Às vezes... Eu sei que você, como líder do governo, defende tudo o que vem do governo, mas você tem que defender também que o secretário venha aqui discutir com os Deputados, venha ouvir quais as propostas do Deputado para a região. Quem está aqui no dia a dia andando, sofrendo cobranças, somos nós, quem vai à rua pedir voto, encarar o povo, somos nós! O secretário não vai, o secretário é beneficiado pelo trabalho que nós fazemos e pelo enfrentamento que nós temos na rua, Deputado Dilmar. E aí chega na hora, o Deputado não pode nem falar, quando o Deputado vai lá, o secretário só falta bater no Deputado, esculhamba assessor na frente do Deputado, maltrata. Legislativos

Até quando nós vamos ficar assim, Deputado Dilmar? O senhor, como líder do governo, o senhor tem que começar a defender também o Parlamento, o senhor é Deputado.

Então eu acho que o Deputado Júlio está certo. Se nós formos aprovar, vamos aprovar, agora tem que trazer já um compromisso, a Comissão de Infraestrutura da Assembleia... não sei quem que é o presidente... Deputado Moretto, o senhor está sendo omissa, desculpe eu falar, está sendo omissa, o senhor tem que trazer o secretário aqui, tem que levar para os Deputados, isso aqui era para o senhor estar sabendo tudo o que que é, tudo. A Comissão de Orçamento está aqui, chegar, explicar: “não gente, isso aqui é para isso, isso, o secretário já falou comigo, eu sei o que que é”. Mas não fala, não sabe, infelizmente.

Deputada Janaina.

A SR.^a JANAINA RIVA - Presidente, eu gostaria depois de me inscrever na Explicação Pessoal. Quero falar sobre uma situação de Chapada, mas pode dar seguimento à votação.

O SR. VALDIR BARRANCO - Presidente, pela ordem, Presidente.

O SR. FABIO TARDIN - FABINHO - Senhor Presidente, eu vou pedir vista desse projeto.

O SR. VALDIR BARRANCO - Presidente, pela ordem. (PAUSA) Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Sim.

O SR. VALDIR BARRANCO - Presidente, só para corroborar com Vossa Excelência. Eu nem vou à Sinfra, quem vive no papel de oposição... já vejo a base reclamar que é

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 15H51MIN.

mal atendida lá por esse cidadão grosseiro, mal-educado, que ocupa a Secretaria de Infraestrutura do Estado, e que não paga as poucas emendas que eu destino, via Sinfra; às vezes os prefeitos insistem, dizendo que vão receber: “pode alocar a emenda lá que eu vou lá e eu vou receber”, e não conseguem receber, eles não pagam.

Mas está mais do que na hora desta Casa chamar esse cidadão para a responsabilidade e para o respeito com a Assembleia Legislativa. O que eu já vi de Deputados da base dizerem que ele trata os Deputados lá abaixo de cachorro, isso não pode ser admitido por esta Casa. Secretário nenhum é maior do que Deputado, que disputou eleição, que fez campanha, que deu o suor, que gastou a sola do sapato para conseguir voto disputadíssimo para ocupar uma das 24 cadeiras que têm aqui. Secretário que quiser ser melhor que nós, que vá disputar as eleições e que venha ocupar uma dessas cadeiras. Então eu não admito, a Presidência não pode admitir!

O nosso Deputado Moretto, eu acho que o Presidente deixou claro aqui, nós temos que chamar esse cidadão aqui, esse que é secretário da Sinfra, trazê-lo aqui para dizer na cara dele: você tem que respeitar os Deputados, as demandas dos Deputados!

Nós sabemos o que é que nós sofremos para percorrer cada um dos municípios, os desafios, as dificuldades, o que é nos pedido aqui, ninguém trabalha para si, não; nós trabalhamos para o povo, para depois um Deputado ir lá e ser maltratado por esse senhor! Não dá para admitir, para mim eu não engulo isso! Nunca fez comigo, até porque eu não vou lá, mas só de ouvir os meus colegas falarem da forma como ele trata, isso é realmente algo que nós temos que repudiar e que nós temos que chamá-lo aqui, colocá-lo no seu devido lugar.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputada Janaina.

Então já encerramos essa votação, mas nós vamos ter outra sessão seguinte.

A SR.^a JANAINA RIVA - Sem problema, enquanto prepara a nova sessão, se Vossa Excelência permitir, eu só queria registrar o feito da Procuradoria da Mulher, especialmente a ação da nossa subprocuradora da mulher, a doutora Francielle Brustolin, que agiu em nome da Assembleia Legislativa, e acredito que de todos os Deputados Estaduais que estão aqui, no caso da vereadora de Chapada dos Guimarães, vereadora Fabiana Nascimento.

Quero registrar aqui, Presidente, que a vereadora foi ofendida por um secretário da Prefeitura Municipal de Chapada. E quando foi ofendida e acusada de utilizar de apetrechos femininos, essa é uma ofensa que ofende a todas nós mulheres, especialmente as mulheres que sobrevivem na política, em um universo extremamente masculino. Não pensem que é fácil para as nossas famílias, que é fácil para nós mulheres estarmos em um ambiente onde nós somos a minoria absoluta, imagine então em uma Câmara Municipal, onde um secretário ofende uma vereadora dessa forma e a Câmara insistentemente tenta cassar o seu mandato, a acusando de ter, vereador Fabio Tardin, você que foi vereador, agora é nosso Deputado, acusando de tê-la advogado contra o município.

Mas como, Deputado Sebastião, se o próprio Ministério Público disse que ela não advogou contra o município? Então quer cassar uma vereadora eleita democraticamente utilizando uma desculpa que não é verídica.

E a Procuradoria da Mulher agiu rápido, quero enaltecer a desembargadora Maria Aparecida. Parabéns, desembargadora Maria Aparecida, nossa presidente do TRE, que fez jus a ser a mulher que é, de luta, que chegou à presidência do TRE e determinou que se suspenda qualquer ato de cassação até o julgamento do mérito da ação pelo Tribunal de Justiça, a única forma que a desembargadora encontrou de evitar com que a vereadora fosse cassada.

Então registro aqui esse trabalho da Procuradoria da Mulher, do grupo Até Quando, e das mulheres do Judiciário, do Ministério Público, dos órgãos de controle, da política, e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 15H51MIN.

aos homens da Assembleia Legislativa que têm apoiado essas ações da Procuradoria, que defendem a mulher mato-grossense.

Obrigada.

Deputado Valmir Moretto; depois eu passo para o Avallone.

O SR. VALMIR MORETTO - Acredito, Presidente, que nós estamos... como presidente da comissão, citado pelo nosso Presidente, pelo Deputado Valdir Barranco, pela colocação do Deputado e governador Júlio Campos, eu acho que é muito importante esta Assembleia, mas nós também não podemos perder a oportunidade de ter um projeto de 1,5 bilhão nos cofres do Estado de Mato Grosso.

Como presidente desta comissão, que fui provocado pelos colegas, nós devemos votar esse projeto, e eu vou levar ao secretário, ao governador Mauro Mendes, que o Marcelo se posicione aqui na Assembleia, falando qual a intenção, onde colocar o dinheiro. O que nós não podemos é parar de votar um projeto importante para o meio ambiente... para a infraestrutura do estado, governador Júlio Campos, e nós hoje interrompermos esse processo.

É muito importante esse recurso para o Estado, é muito importante para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. Eu ouvi aqui na tribuna todos elogiarem o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, tem obra nos quatro lados do nosso Estado de Mato Grosso, agora que é importante que a Assembleia participe onde vai ser direcionado esse recurso, isso vocês podem contar comigo, que nós vamos fazer o convite ao secretário para que ele participe, aqui em fevereiro, junto conosco, dando destinação a esse recurso e deixando também que a Casa e os demais parlamentares possam colocar esse recurso nas suas necessidades e nas obras mais importantes de desenvolvimento de cada região.

Essa é a minha colocação e o meu pedido. E tenho certeza de que o secretário Marcelo vai vir atender este Parlamento com o maior prazer e a maior satisfação.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok, Deputado.

O SR. FABIO TARDIN - FABINHO - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Sim.

O SR. FABIO TARDIN - FABINHO - Só para complementar, fazer uma discussão aqui, nobre Presidente Botelho.

Nós estamos assinando um cheque em branco, igual ao governador Júlio Campos falou, ao Governo do Estado, correto? Mas falar de trazer o secretário aqui, após nós já aprovarmos o projeto, nós temos que trazer o secretário antes de nós aprovarmos o projeto, para ele aí, sim, explicar onde vai ser investido esse dinheiro no Estado de Mato Grosso, se vai ser em Cuiabá, se vai ser em Várzea Grande, se vai ser em Juara, seja onde quer que seja. É importantíssimo nós sabermos, até para podermos também opinar, vamos fazer uma obra em tal lugar lá, até porque o que eu vejo aqui é todo mundo falando que infelizmente o secretário não atende ninguém. Então nós temos que saber onde vai ser investido esse dinheiro.

O SR. VALMIR MORETTO - Presidente, eu até entendo a necessidade, mas a oportunidade de nós recebermos esse recurso... não sei, o Dilmar está aqui, que é líder do governo, se nós temos prazo ainda para postergar essa votação, se é interessante para o Estado, se nós não corremos o risco de perder essa oportunidade de ter esse recurso.

Então eu fico aqui, como presidente da comissão, e tenho certeza de que esta Casa sempre apoiou e confiou no desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. Nós retornamos a esta Casa 18 novos parlamentares, com o apoio desta Casa e o governo governando junto. E nunca foi imposto aqui, e tenho certeza de que, aqueles que não foram atendidos pelo Marcelo e têm dificuldade de ser atendido, podem, se quiserem, eu estou à disposição, vou lá a qualquer hora e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 15H51MIN.

qualquer dia como presidente da comissão levar o parlamentar para conversar com o secretário para que o secretário possa analisar o pedido. E tenho certeza de que esse pedido vai ser atendido para o Estado de Mato Grosso.

E tenho certeza de que o parlamentar também não vai levar nem uma obra que não seja importante para a região dele. Então tenho certeza de que o secretário Marcelo vai atender quem for a qualquer hora e a qualquer momento que desejar ir até a secretaria, não tenho dificuldade nenhuma de fazer esse compromisso aqui com qualquer parlamentar que não esteja sendo atendido lá na Secretaria de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Nininho.

O SR. NININHO - Pela ordem.

Senhor Presidente, colegas Deputados, estou acompanhando aqui a discussão, inclusive o secretário de Fazenda, o chefe da Casa Civil, está aqui o Claudio, que representa... o Beto, o Dilmar. Esse projeto, Júlio, eu não tenho dúvida de que teria que ter chegado num momento anterior para que desse tempo de ver e saber toda a destinação desse recurso. Se falar do governo, que o dinheiro não está sendo bem aplicado, talvez estaríamos sendo injustos, que o estado hoje está aí um canteiro de obras para todo lado. Mas é uma prerrogativa da Casa e deveria ser ouvida melhor.

Mas eu quero aqui deixar uma preocupação e aqui dizer, Fabio, o que ocorre... tenho uma cópia até do e-mail que chegou lá do Governo Federal, hoje às 10 horas e pouco da manhã, autorizando esse empréstimo.

O que que é a preocupação do secretário de Fazenda? É que o Governo Federal tem um limite de aval aos Estados, e a preocupação é que se nós não votarmos hoje poderá estourar esse limite para outros Estados e Mato Grosso ficar para a próxima leva, do ano que vem.

Eu, particularmente, acho que é uma prerrogativa de cada um, mas eu acredito que nós não deveríamos neste momento, já demos muitos cheques em branco, eu estou aqui dando cheque em branco desde o primeiro dia que estou aqui para esse governo, e eu acho que pelo menos não tem deixado dúvida da boa aplicação.

Do tratamento com a Casa, eu não vou entrar nesse mérito, porque não é diferente minha opinião da dos demais aqui, mas eu acho que nós não poderíamos deixar de aprovar esse projeto e puxar essa brasa para nós, porque tem muita coisa acontecendo. E esse investimento no Estado com certeza vai contribuir neste momento que vivemos, um ano diferente, um ano de crise, vai ter perda de Fethab, perda de receita, esse 1,5 bilhão, com certeza, Júlio, vai manter o ritmo dessas obras, isso vai ser bom para a sociedade.

Então, da minha parte, eu acho que nós deveríamos votar e deixar... Em um segundo momento, Botelho, chamar o secretário de Fazenda, o secretário de Infraestrutura e pedir mais explicações. Mas devido a ter aprovado hoje pelo Governo Federal esse empréstimo e para não correr o risco de Mato Grosso ser prejudicado, nós não poderíamos, em minha opinião, deixar de votar esse empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Carlos Avallone (PAUSA), Deputado Carlos Avallone.

(O SR. DILMAR DAL BOSCO SE POSICIONA NA TRIBUNA.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Dilmar, eu gostaria de encerrar esta sessão para nós começarmos outra, se o senhor puder abrir mão, nós precisamos abrir outra sessão. Pode ser?

EXPLICAÇÃO PESSOAL
(NÃO HOUVE EXPLICAÇÃO PESSOAL)

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Então eu declaro encerrada esta sessão e convoco para a sessão ordinária logo em seguida.
(LEVANTA-SE A SESSÃO.)

(PARTICIPARAM DA SESSÃO OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS: BLOCO ASSEMBLEIA FORTE: CARLOS AVALONE, DILMAR DAL BOSCO, EDUARDO BOTELHO, JÚLIO CAMPOS, PAULO ARAÚJO, SEBASTIÃO REZENDE E BETO DOIS A UM; BLOCO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: JANAINA RIVA, DR. JOÃO, JUCA DO GUARANÁ E THIAGO SILVA; BLOCO EXPERIÊNCIA E TRABALHO: LÚDIO CABRAL, VALDIR BARRANCO, WILSON SANTOS, NININHO E DIEGO GUIMARÃES; BLOCO DIREITA DEMOCRÁTICA: ELIZEU NASCIMENTO, FAISSAL, CLAUDIO FERREIRA E GILBERTO CATTANI; BLOCO PARLAMENTARES UNIDOS: DR. EUGÊNIO, FABIO TARDIN “FABINHO”, MAX RUSSI E VALMIR MORETTO.)

Revisão: Célia de Almeida Pestana;
Ivone Borges de Aguiar Argüelio.

